

Defesa Civil alerta para risco de temporais e cheias no RS

Chuva intensa e volumosa é maior em áreas da Campanha e do Sul

/ CLIMA

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A Defesa Civil Estadual atualizou as condições meteorológicas e hidrológicas para os próximos dias no Rio Grande do Sul, com alerta para tempestades, chuva intensa e volumosa, rajadas de vento que podem superar 90 km/h e queda de granizo, principalmente nas regiões Oeste, Campanha, Costa Doce e Sul do Estado.

Até esta terça-feira, o risco de chuva intensa e volumosa é maior em áreas da Campanha e do Sul. Também há previsão de tempestades isoladas, com possibilidade de granizo de grande tamanho e ventos superiores a 90 km/h nas regiões Oeste, Campanha, Costa Doce, Centro e Sul. Nas áreas sob alerta, os acumulados podem superar 100 milímetros em seis horas e 150 milímetros em 24 horas.

Entre as cidades indicadas na área de Alerta estão Uruguaiana, Santana do Livramento, Alegrete, Bagé, Jaguarão, Piratini, Chuí, Pelotas e Rio Grande. Nesses locais, a Defesa Civil chama a atenção para a possibilidade de chuva intensa e volumosa, rajadas de vento e granizo.

Também foi emitido nível de atenção para a ocorrência de temporais isolados, com rajadas de vento, chuva forte e possibilidade de granizo isolado. A condição abrange cidades como São Borja, Santiago, Santa Maria, Santa Cruz



PATRÍCIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

Para Porto Alegre, a previsão indica chuvas fortes para amanhã

do Sul, Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Rosa, Soledade, Passo Fundo, Frederico Westphalen, Erechim, São José dos Ausentes, Tramandaí, Camaquã e Mostardas.

Para amanhã, a previsão indica condições para temporais com granizo, rajadas de vento acima de 70 km/h e chuva forte na Metade Norte, Centro e Região Metropolitana de Porto Alegre. Na Metade Sul, permanece a possibilidade de chuva moderada a pontualmente forte.

Além dos riscos meteorológicos, o Centro de Monitoramento da Defesa Civil Estadual também atualizou as condições hidrológicas. O órgão mantém níveis de Alerta e Atenção para o risco de cheias, extravasamento de arroios e pequenos rios e alagamentos em áreas urbanas, além da elevação significativa de rios da região.

A situação hidrológica atual

apresenta níveis entre os limiares de alerta para inundação e normalidade, com tendências de estabilidade ou declínio. Os maiores limiares estão concentrados no Centro e na Metade Norte do Estado, enquanto os principais eventos previstos neste aviso estão restritos à Metade Sul.

A previsão de chuvas para a Metade Sul, com os maiores volumes concentrados no Extremo Sul, aumenta o risco de cheias e extravasamentos em arroios e pequenos rios sem monitoramento, além de alagamentos urbanos e elevação dos níveis de rios maiores.

Entre os cursos que exigem maior atenção está o rio Jaguarão, que, em razão da localização das chuvas previstas, deverá apresentar elevação significativa durante o período do aviso e pode ultrapassar o limiar de alerta para inundação.

Suspensão do Discord é mitigação imediata de danos, diz especialista

/ REDES SOCIAIS

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

A rede social Discord afirmou ontem que suspendeu os recursos de compartilhamento de tela e vídeo da plataforma no Brasil. A medida ocorreu após determinação da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) que, na semana passada, determinou a suspensão das transmissões ao vivo até que a plataforma comprove a adoção de medidas para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital.

Em carta divulgada em seu site, o Discord afirmou que “esta é uma situação séria” e menciona o suicídio da adolescente de 13 anos, que se matou após ser alvo de incitação à violência por um rede de ódio que se articulou na internet. O caso ocorreu em Mato Grosso do Sul. A polícia realizou uma operação contra o grupo de jovens suspeitos de terem participado do alijamento da adolescente.

Na avaliação de Ana Paula de Mesquita, presidente da Associação SOS Bullying e doutora em Cyberbullying pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a medida preventiva deve ser compreendida como uma intervenção cautelar diante de indícios de riscos à proteção de crianças e adolescentes.

“A suspensão das transmissões ao vivo, por si só, dificilmente representa uma solução definitiva. Trata-se de uma medida emergencial voltada à mitigação imediata de danos, enquanto são implementados mecanismos mais robustos de segurança, moderação, verificação etária e tratamen-

to adequado de dados pessoais”, explica Ana Paula.

Ela ainda diz que não se deve tratar uma única plataforma de forma isolada. “Todas as redes sociais e ambientes digitais devem ser avaliados de acordo com os mesmos critérios de transparência, segurança, proteção de dados e prevenção de abusos. Medidas restritivas somente se justificam quando proporcionais, necessárias e fundamentadas em riscos efetivamente identificados”.

Em nota, o governo federal afirma que a medida cautelar de suspensão da funcionalidade de lives foi determinada em função de evidências robustas de que a empresa não adotou medidas razoáveis para prevenir e mitigar riscos de acesso, exposição, recomendação ou facilitação de contato com conteúdos ou práticas que representem graves violações de direitos de crianças e adolescentes no âmbito do seu serviço, sobretudo indução, incitação, instigação ou auxílio à violência, à automutilação e ao suicídio, conforme o ECA.

Nesse sentido, Ana Paula aponta que o enfrentamento exige uma abordagem multidisciplinar, que se deve fortalecer a educação digital desde a infância, promover o uso consciente das tecnologias, capacitar escolas e famílias para identificar sinais de violência virtual e exigir das plataformas mecanismos eficazes de denúncia e moderação. “Crianças e adolescentes constituem um grupo especialmente vulnerável no ambiente digital, por isso, é essencial incentivar o diálogo, o acolhimento psicológico das vítimas e a responsabilização dos autores quando houver condutas ilícitas”.

Estado lidera casos de conflitos envolvendo terras indígenas no País

/ DIREITOS HUMANOS

Ana Gonzalez

ana.teixeira@jcrs.com.br

O Rio Grande do Sul foi o estado brasileiro com o maior número de casos de conflitos por direitos territoriais de áreas indígenas no País em 2025. Os dados constam no novo Relatório da Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O Estado lidera em casos de conflitos com 25 ocorrências registradas no último ano. Os casos citados no relatório envolvem, por exemplo, morosidade na demarcação de terras, intimida-

ções e empreendimentos que impactam diretamente a segurança de terras indígenas.

Um dos ocorridos citados no relatório envolve impactos a um grupo de indígenas Guarani Mbyaem Barra do Ribeiro, a partir do projeto de instalação de uma grande indústria de celulose na região. De acordo com o relato, coletado a partir de lideranças indígenas e missionários do CIMI, o empreendimento visa utilização de terras reivindicadas pelo grupo indígena.

Segundo Roberto Liebgott, advogado e missionário do CIMI Sul, diversos fatores contribuem para o alto nível de situações violentas en-

volvendo indígenas no Rio Grande do Sul. Um deles é a existência de diversas comunidades indígenas que vivem em situação de vulnerabilidade social e territorial.

No Estado, são 91 terras indígenas com alguma pendência administrativa; entre elas, 54 constam como “sem providências”, ou seja, são terras reivindicadas pelas comunidades indígenas sem nenhuma providência administrativa para sua regularização por parte do poder público.

“São nesses ambientes que se proliferam uma série de violências, especialmente aquelas relativas à omissão do poder público no que concerne a assistência e a ga-

rantia de direitos fundamentais”, explica Liebgott.

O relatório também mostra que o RS foi o quinto estado do País com mais casos registrados de violência contra povos indígenas em 2025. Ao todo, foram 217 ocorrências. Em números gerais, o Estado fica atrás apenas do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Roraima, respectivamente.

Os números incluem casos de violência física, como agressões e assassinatos, violência patrimonial, como conflitos por terras, e violência por omissão do poder público, como desassistência à saúde e à educação. As informações são coletadas e reunidas por

meio de relatos de lideranças indígenas, órgãos de assistência e missionários do CIMI atuantes em diferentes regiões do Brasil.

O Estado também figura no primeiro lugar em casos de desassistência à saúde de populações indígenas, com 27 ocorrências. Entre os problemas relatados estão a falta de água potável e saneamento básico em terras indígenas e a falta de atendimento médico regular.

Ainda segundo Liebgott, a falta de uma assistência qualificada à saúde para populações indígenas no Rio Grande do Sul também se deve às falhas na garantia de direitos territoriais.